



PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO/SP

PROCURADOR**TIPO 1 – BRANCA**

MATERIAIS

- Este caderno de prova é composto por cinquenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de prova: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de prova.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da instituição.



CARGO: PROCURADOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A era da abundância de inteligência

Em julho, a *OpenAI* publicou um relato incomum: admitiu ter suspenso temporariamente o uso interno de um de seus modelos mais avançados após observar comportamentos imprevistos, e descreveu como reconstruiu seus sistemas de segurança a partir do episódio. Meses antes, *OpenAI* e *Anthropic*, concorrentes diretas, haviam avaliado publicamente os modelos uma da outra em testes de alinhamento. Quando os próprios criadores de uma tecnologia passam a discutir abertamente novas formas de controle e supervisão, a mensagem não é de alarme, e sim de escala. Não estamos diante de mais uma onda de novidades tecnológicas, mas de uma transformação histórica.

Pela primeira vez na história da humanidade, a inteligência deixou de ser um recurso escasso. A Revolução Agrícola democratizou a produção de alimentos, a Revolução Industrial multiplicou a força física humana, a *internet* democratizou o acesso à informação e a inteligência artificial dá o passo seguinte: democratiza capacidades intelectuais! Durante milênios, a inteligência especializada foi privilégio de poucos, do escriba ao advogado, do engenheiro ao médico. Hoje, milhões de pessoas produzem textos, programam, analisam documentos, traduzem idiomas e resolvem problemas complexos em segundos, com o apoio de sistemas inteligentes. É o que chamo de Era da Abundância de Inteligência.

Não se trata de substituir o especialista, mas de ampliar o alcance de cada pessoa que pensa, cria e decide e essa abundância terá seu impacto mais profundo sobre uma geração que ainda nem chegou à escola! Chamo essas crianças de “*IA Born*”: nascerão e crescerão em um mundo onde a inteligência artificial sempre existiu, assim como os nativos digitais jamais conheceram um mundo sem *internet*. Essa geração não vai “aprender IA”, ela simplesmente viverá em um ambiente onde a inteligência estará presente em praticamente toda atividade intelectual, tão invisível e onipresente quanto a eletricidade e isso mudará por completo sua forma de aprender, trabalhar, criar e tomar decisões.

Aqui surge o paradoxo que deveria nos tirar o sono. Enquanto a transformação avança em ritmo acelerado, continuamos formando crianças segundo um modelo educacional concebido para um mundo em que o conhecimento era raro. Boa parte da escola ainda opera sobre pressupostos do século XIX: memorizar, repetir, responder corretamente, trabalhar sozinho, evitar consulta, desconfiar de ferramentas externas. O mundo profissional, enquanto isso, valoriza exatamente o oposto: formular boas perguntas, pensar criticamente, criar, colaborar, atravessar disciplinas, resolver problemas inéditos e, cada vez mais, usar ferramentas inteligentes com julgamento, sabendo validar respostas em vez de apenas aceitá-las. O conhecimento continua essencial, pois sem repertório não há pensamento crítico. Mas memorizar deixou de ser o principal diferencial competitivo.

O desafio, porém, não se encerra na escola. Nós, pais, teremos uma responsabilidade igualmente decisiva: criar filhos emocionalmente estáveis e menos ansiosos em um mundo veloz, de estímulos constantes e acesso instantâneo a tudo. Uma geração acostumada a respostas imediatas precisará aprender, em casa, o valor da paciência, da frustração bem vivida, do tédio criativo e do tempo longe das telas. De pouco adiantará formar mentes brilhantes, se não formarmos também emoções sólidas! O equilíbrio emocional será tão importante quanto a competência intelectual para viver e prosperar nesse novo cenário.

Porque toda abundância cria novas carências. Quando a inteligência se torna acessível a todos, o que passa a ser raro e valioso é justamente aquilo que a máquina não entrega: julgamento, ética, criatividade, curiosidade, imaginação, empatia, responsabilidade e visão estratégica. A capacidade de formular a pergunta certa vale mais do que a de recitar a resposta pronta e o discernimento para identificar quando a IA está certa e quando está errada torna-se, talvez, a competência definidora do profissional deste século.

A pergunta, então, é inevitável: estamos preparando nossos filhos para o passado ou para o futuro? Continuamos ensinando habilidades que eram fundamentais quando a informação era escassa, mas que deixarão de representar vantagem em um mundo de inteligência abundante? Não se trata de ensinar as pessoas a utilizar a inteligência artificial, pois essa é a parte fácil e as ferramentas mudarão muitas vezes. O verdadeiro desafio do século XXI é preparar a primeira geração que jamais conhecerá um mundo sem ela. A educação precisará ir além de formar pessoas que sabem responder. Terá de formar pessoas capazes de decidir, interpretar, criar e liderar sistemas inteligentes, e não de competir com eles.

A inteligência artificial não é apenas mais uma inovação. Ela inaugura uma nova etapa da civilização, comparável à agricultura, à máquina a vapor e à *internet*, talvez até maior. A grande pergunta não é se a IA substituirá pessoas, mas sim: que competências continuarão sendo exclusivamente humanas quando a inteligência deixar de ser um recurso escasso? A maior responsabilidade da nossa geração não é construir inteligências artificiais cada vez mais poderosas, mas sim, preparar seres humanos, a começar pelas crianças que já estão nascendo, capazes de usá-las com sabedoria e serenidade!

(Por Diego Teixeira. Disponível em: <https://www.jb.com.br/brasil/opiniao/artigosl>. Acesso em: julho de 2026.)





Questão 01

No 1º§ do texto, a referência à avaliação pública dos modelos e ao debate sobre mecanismos de controle permite inferir que:

- A) As avaliações públicas dos modelos indicam que esses sistemas já reduziram a necessidade de novos mecanismos de supervisão.
- B) As iniciativas de cooperação entre empresas indicam uma tendência de coordenação do desenvolvimento da inteligência artificial.
- C) As divulgações dessas avaliações buscam destacar o desempenho dos modelos como estratégia de competição entre as empresas.
- D) As empresas desenvolvedoras de tecnologias como inteligência artificial relativizam práticas de sigilo ao discutir publicamente formas de controle.

Questão 02

A expressão “Era da Abundância de Inteligência”, utilizada no título e retomada no 2º§, sintetiza a ideia de que a inteligência artificial:

- A) Amplia o acesso às capacidades intelectuais e fortalece o aproveitamento das informações disponíveis na sociedade.
- B) Expande o acesso às capacidades intelectuais, tornando a inteligência especializada amplamente acessível à sociedade.
- C) Substitui progressivamente a atuação humana em atividades intelectuais, transferindo essas funções para sistemas digitais.
- D) Mantém as capacidades intelectuais vinculadas ao domínio dos especialistas, associando seu uso à formação altamente especializada.

Questão 03

A leitura do 5º§ e 6º§ permite concluir que a abundância de capacidades intelectuais proporcionadas pela inteligência artificial gera novas demandas sociais. Nesse contexto, o texto atribui à família e às competências humanas o papel de:

- A) Desenvolver atributos socioemocionais e discernimento para orientar decisões em um ambiente de inteligência abundante.
- B) Estimular a criatividade e a capacidade de elaborar soluções inovadoras para ampliar o desempenho dos sistemas inteligentes.
- C) Aprimorar a capacidade de utilizar sistemas inteligentes para produzir respostas consistentes diante de diferentes desafios intelectuais.
- D) Fortalecer o domínio de conhecimentos e a ampliação do repertório para favorecer o desempenho em atividades escolares e profissionais.

Questão 04

Ao longo do artigo, o autor sustenta que a inteligência artificial representa uma transformação histórica. A proposição que melhor sintetiza sua visão sobre os efeitos dessa tecnologia na condição humana é:

- A) A democratização da inteligência torna equivalentes as competências humanas e as capacidades oferecidas pelos sistemas inteligentes.
- B) A ampliação do acesso às capacidades intelectuais proporcionada pela inteligência artificial valoriza competências humanas como diferencial decisivo.
- C) A inteligência artificial desloca para os sistemas inteligentes a maior parte das atividades intelectuais, reduzindo a importância do julgamento humano.
- D) A expansão das capacidades intelectuais amplia a participação das ferramentas inteligentes nas atividades humanas e nos processos de aprendizagem.

Questão 05

No 3º§, ao caracterizar a presença da inteligência artificial nas atividades intelectuais por meio dos adjetivos “invisível” e “onipresente”, o autor atribui à tecnologia um sentido que extrapola sua referência literal. Nesse contexto, o emprego desses adjetivos contribui para representá-la como um recurso:

- A) Incorporado ao cotidiano de maneira contínua e natural, mantendo-se em segundo plano na percepção das pessoas.
- B) Voltado ao aprimoramento de processos tecnológicos e científicos desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento.
- C) Empregado em situações complexas que demandam suporte em processos de elevado nível de processamento de dados.
- D) Dependente de monitoramento técnico constante para assegurar a execução de tarefas conduzidas por especialistas em diferentes contextos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 06

A Constituição Federal de 1988 estabelece regras específicas acerca da política urbana, agrícola e fundiária e da Reforma Agrária, disciplinando a função social da propriedade, a desapropriação e a destinação das terras públicas. Sobre a política urbana, agrícola e fundiária e da Reforma Agrária, nos termos da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) As desapropriações de imóveis urbanos serão realizadas, em regra, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, resgatáveis no prazo de até dez anos.
- B) Na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, tanto o imóvel rural quanto suas benfeitorias úteis e necessárias serão indenizados mediante títulos da dívida agrária.
- C) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes e constitui o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- D) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, ressalvadas aquelas destinadas à Reforma Agrária.

Questão 07

Os partidos políticos possuem autonomia constitucional, mas estão sujeitos a regras específicas relacionadas ao acesso a recursos públicos, fidelidade partidária e promoção da participação política de determinados grupos. As sucessivas reformas constitucionais introduziram novos requisitos relativos à organização e ao financiamento partidário. A respeito dos partidos políticos, nos termos da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão os partidos que, alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, três por cento dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos em cada uma delas, ou elegerem pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- II. Ao eleito por partido que não preencher os requisitos constitucionais de desempenho é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, sendo essa nova filiação computada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.
- III. Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, cinco por cento dos recursos do fundo partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
- IV. O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada às campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverá ser de, no mínimo, trinta por cento, proporcionalmente ao número de candidatas.
- V. Dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos devem aplicar, obrigatoriamente, no mínimo, vinte por cento em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições definidas segundo suas estratégias partidárias.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III, IV e V.

Questão 08

O controle de constitucionalidade pode ser classificado, quanto ao momento de sua realização, em preventivo ou repressivo, e, quanto ao órgão que o exerce, em político ou jurisdicional. Embora o modelo brasileiro seja predominantemente judicial e repressivo, a Constituição contempla hipóteses excepcionais de controle político de constitucionalidade. É hipótese de controle político-repressivo de constitucionalidade:

- A) O veto jurídico do Presidente da República a projeto de lei por considerá-lo inconstitucional.
- B) A sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- C) A atuação das Comissões de Constituição e Justiça das Casas Legislativas na análise da constitucionalidade das proposições legislativas.
- D) A impetração, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), de mandado de segurança por parlamentar, visando impedir a tramitação de proposição legislativa em razão de violação às normas constitucionais do devido processo legislativo.





Questão 09

A evolução do constitucionalismo brasileiro revela diferentes modelos de tratamento das situações de grave crise institucional. Ao longo das Constituições brasileiras, modificaram-se tanto as hipóteses de adoção de medidas excepcionais quanto a distribuição de competências entre os Poderes Executivo e Legislativo para sua decretação e controle. Considerando a evolução histórica do tratamento constitucional do estado de sítio, do estado de emergência e de outros mecanismos excepcionais de defesa do Estado nas Constituições brasileiras, analise as afirmativas a seguir.

- I.** A Constituição de 1891 atribuía ao Congresso Nacional competência para decretar o estado de sítio na emergência de agressão por forças estrangeiras ou de comoção interna, admitindo, contudo, que o Poder Executivo federal o decretasse quando o Congresso não estivesse reunido e a Pátria corresse iminente perigo, submetendo-se a medida a posterior controle legislativo.
- II.** A Constituição de 1934 rompeu com a sistemática das Constituições anteriores ao atribuir privativamente ao Presidente da República a decretação do estado de sítio, nos casos constitucionalmente previstos, condicionando-a à prévia autorização do Poder Legislativo e mantendo posterior controle político.
- III.** A Constituição de 1937, apesar da concentração de poderes característica do período, condicionava a decretação do estado de emergência ou do estado de guerra pelo Presidente da República à prévia autorização do Parlamento, que poderia, a qualquer momento, suspender as medidas excepcionais adotadas pelo Chefe do Executivo.
- IV.** A Constituição de 1946 atribuía ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio, mas estabelecia que, no intervalo das sessões legislativas, competia exclusivamente ao Presidente da República decretá-lo ou prorrogá-lo, ficando a medida sujeita a posterior controle político pelo Congresso Nacional.
- V.** A Constituição de 1988 atribui privativamente ao Presidente da República a competência para decretar o estado de defesa e o estado de sítio, sendo ambos submetidos a controle político do Congresso Nacional, embora os respectivos procedimentos constitucionais não sejam idênticos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A)** I, II e III.
- B)** II, III e V.
- C)** I, II, IV e V.
- D)** I, III, IV e V.

Questão 10

A Constituição Federal disciplina a fiscalização dos municípios, estabelecendo mecanismos de controle externo e interno e regras específicas acerca da atuação dos Tribunais de Contas, da apreciação das contas prestadas pelo Prefeito e da participação dos contribuintes. Em 2026, a Emenda Constitucional nº 139 alterou a disciplina constitucional dos Tribunais de Contas, qualificando-os como instituições permanentes e essenciais ao exercício do controle externo. Sobre a fiscalização dos municípios e do controle externo municipal, considerando a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A)** A Constituição Estadual pode atribuir aos Tribunais de Contas a competência para requerer ou decretar intervenção em município.
- B)** As contas dos municípios permanecerão anualmente, durante trinta dias, à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, sendo vedado ao contribuinte questionar sua legitimidade diretamente.
- C)** O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas anuais do Prefeito possui caráter vinculante, somente podendo ser afastado por maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- D)** O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, sendo atualmente vedadas a extinção, a criação ou a instalação de Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios.





DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11

Em relação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito dos concursos públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação ou a convocação para determinada fase de concurso público após considerável lapso temporal entre uma fase e outra, sem a notificação pessoal do interessado, viola os princípios da publicidade e da razoabilidade, não sendo suficiente a publicação no Diário Oficial.
- II. É ilegítimo estabelecer no edital de concurso público critério de regionalização.
- III. É legítimo estabelecer no edital de concurso público limite de candidatos que serão convocados para as próximas etapas do certame (Cláusula de Barreira).

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 12

Com base na recente jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contratações públicas, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Contratos de supervisão e gerenciamento possuem, como regra, natureza de serviços não contínuos, sempre que se tratar da prestação de um serviço específico em período predeterminado, vinculado à duração de um contrato principal por escopo.
- () É irregular a exigência, para fins de qualificação técnico-operacional, de comprovação de aptidão para execução de serviços similares ou de complexidade equivalente à do objeto licitado sem delimitação, de modo claro e verificável, das características mínimas e suficientes para o atendimento da exigência, por facultar avaliações discricionárias incompatíveis com os princípios da motivação e do julgamento objetivo.
- () É irregular a utilização de orçamento sigiloso sem justificativa adequada que indique a vantajosidade para o procedimento de contratação.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.

Questão 13

Determinado gestor público municipal, diante de situações recorrentes envolvendo a suspensão de serviços públicos em seu município, percebeu que a solução da controvérsia não depende apenas da legislação, mas também da interpretação conferida pelos tribunais superiores. Com o objetivo de adotar decisões juridicamente seguras e compatíveis com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu estudar a jurisprudência da Corte para identificar em quais hipóteses a interrupção da prestação de serviços públicos é considerada legítima. Nesse contexto, à luz da jurisprudência do STJ, analise as afirmativas a seguir.

- I. É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, desde que precedido de notificação.
- II. É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, mesmo que precedido de notificação e que a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.
- III. É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.





Questão 14

Um gestor municipal foi surpreendido por uma situação emergencial que exige a adoção de providências imediatas para evitar prejuízos à continuidade de um serviço público essencial. Diante da urgência do caso e da necessidade de realizar uma contratação em curto espaço de tempo, surgiu a dúvida acerca da possibilidade de utilização da dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. Antes de iniciar o procedimento, o gestor decidiu analisar quais requisitos e cautelas devem ser observados para que a contratação seja juridicamente válida e compatível com o regime excepcional estabelecido pela Nova Lei de Licitações. Acerca da temática, analise as afirmativas a seguir.

- I. É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade.
- II. Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), é inconstitucional a vedação à recontração de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no inciso VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.
- III. Considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, devendo ser observados os valores praticados pelo mercado na forma da pesquisa de preços prevista na Lei de Licitações e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

Questão 15

Determinado gestor público municipal, ao revisar os procedimentos administrativos adotados por seu órgão, verificou a necessidade de compreender a interpretação conferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) à Lei nº 9.784/1999, especialmente no que se refere à revisão de atos administrativos e aos prazos previstos no processo administrativo federal. Com o objetivo de assegurar que a atuação administrativa esteja em conformidade com a jurisprudência consolidada da Corte, passou a estudar os principais entendimentos do STJ sobre a matéria. Nesse contexto, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/1999 para a Administração rever seus próprios atos não pode ser aplicado retroativamente, incidindo apenas após a vigência do referido diploma legal.
- () Na ausência de legislação estadual ou municipal específica disciplinando o prazo decadencial para a revisão de atos administrativos, admite-se a aplicação subsidiária do art. 54 da Lei nº 9.784/1999 aos Estados e Municípios.
- () O prazo de trinta dias previsto no art. 49 da Lei nº 9.784/1999 para a Administração decidir os processos administrativos possui natureza própria (peremptória), de modo que seu descumprimento acarreta a nulidade da decisão administrativa posteriormente proferida.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 16

O município Alfa ajuizou execução fiscal em face da sociedade empresária Construtora Beta S.A., visando à cobrança de crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, no valor atualizado de R\$ 4.850.000,00, referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), à multa e aos encargos legais. Após ser regularmente citada, a empresa deixou de efetuar o pagamento do débito no prazo legal, mas apresentou, tempestivamente, apólice de seguro-garantia emitida por seguradora regularmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em valor suficiente para assegurar integralmente o crédito executado, acrescido dos encargos previstos na Certidão de Dívida Ativa. A Procuradoria-Geral do Município Alfa manifestou-se pela rejeição da garantia oferecida, sustentando que a Lei de Execução Fiscal estabelece preferência absoluta do dinheiro na ordem legal de penhora e que, inexistindo qualquer demonstração concreta de impossibilidade financeira da executada para realizar depósito judicial em espécie, seria cabível determinar, desde logo, a constrição de ativos financeiros por meio do sistema eletrônico de bloqueio de valores. A empresa, por sua vez, argumentou que a garantia apresentada constitui modalidade expressamente prevista na Lei nº 6.830/1980, produzindo os mesmos efeitos jurídicos do depósito em dinheiro para fins de garantia do juízo, razão pela qual a recusa baseada exclusivamente na preferência legal do dinheiro seria incompatível com o regime jurídico da execução fiscal. Diante do cenário hipotético narrado, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que a recusa do seguro-garantia é:

- A) Legítima, pois a Fazenda Pública possui discricionariedade para exigir a modalidade de garantia que reputar mais eficaz à satisfação do crédito tributário.
- B) Legítima, pois a preferência legal do dinheiro na ordem de penhora somente pode ser afastada quando o executado comprovar concretamente a impossibilidade de realizar depósito em espécie.
- C) Ilegítima, pois constitui modalidade autônoma de garantia da execução, submetida a disciplina jurídica distinta da aplicável à nomeação de bens à penhora, não se sujeitando, por conseguinte, à ordem legal de penhora.
- D) Ilegítima, pois essa modalidade de garantia integra a ordem legal de penhora prevista na Lei nº 6.830/1980, ocupando posição equivalente ao dinheiro e, por isso, produz os mesmos efeitos jurídicos da constrição patrimonial.

Questão 17

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município Delta ajuizou ação coletiva em defesa dos interesses de toda a categoria, buscando o restabelecimento de determinada gratificação remuneratória instituída por lei municipal e posteriormente suprimida por decreto do prefeito. A demanda foi proposta exclusivamente em face do município Delta, sustentando que a vantagem era devida a todos os servidores públicos municipais, independentemente do órgão ou entidade de lotação. Ao final, sobreveio sentença de procedência, transitada em julgado, condenando o município Delta ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas da gratificação aos servidores substituídos pelo sindicato. Alguns anos depois, a Autarquia Municipal de Previdência foi extinta, tendo seus servidores efetivos sido absorvidos pela Administração direta. Nessa ocasião, Lucas, servidor que, na data do ajuizamento da ação coletiva, integrava o quadro funcional da autarquia extinta, promoveu cumprimento individual de sentença em face do município Delta, sustentando que, em razão da sucessão administrativa e da legitimidade ampla do sindicato para representar toda a categoria, também faria jus aos efeitos da decisão coletiva. Em impugnação, o município Delta alegou que a autarquia possuía personalidade jurídica própria, não integrou o polo passivo da ação coletiva e, por isso, a condenação não poderia ser estendida aos seus antigos servidores, ainda que posteriormente incorporados à Administração direta. Considerando a situação hipotética apresentada, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) Lucas possui legitimidade para promover o cumprimento individual da sentença, pois a sucessão da autarquia pelo município Delta transfere automaticamente à Administração direta todos os efeitos da condenação judicial anteriormente imposta ao ente municipal.
- B) Lucas não possui legitimidade para promover o cumprimento individual da sentença, pois a legitimidade extraordinária do sindicato restringe-se aos servidores da Administração direta, não abrangendo aqueles vinculados às entidades da Administração indireta.
- C) Lucas não possui legitimidade para promover o cumprimento individual da sentença, pois a condenação proferida exclusivamente em face da Administração direta não alcança autarquias e fundações públicas que não integraram a relação processual, sendo irrelevante a posterior incorporação do servidor aos quadros da Administração centralizada.
- D) Lucas possui legitimidade para promover o cumprimento individual da sentença, pois a legitimidade extraordinária do sindicato para representar toda a categoria faz com que a coisa julgada alcance todos os servidores substituídos, ainda que vinculados, à época do ajuizamento da ação, a pessoas jurídicas que não integraram o polo passivo da demanda.





Questão 18

O município Ômega ajuizou execução fiscal em face de Eduardo, visando à cobrança de crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa. Recebida a execução, foi determinada a citação do executado no endereço constante do cadastro fiscal municipal. O oficial de justiça compareceu ao local indicado e certificou que Eduardo não mais residia naquele imóvel, tendo sido informado por antigos vizinhos que o executado havia deixado o Brasil e estaria residindo na Grécia. A certidão, contudo, não indicava qualquer endereço mantido por Eduardo no território grego, limitando-se a registrar a informação de que ele teria se transferido para aquele país. Diante da tentativa frustrada de citação pessoal, o magistrado determinou a realização de consultas aos sistemas informatizados disponíveis ao Poder Judiciário, incluindo SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, com a finalidade de verificar a existência de endereço atualizado do executado no Brasil. As pesquisas realizadas indicaram apenas os mesmos endereços anteriormente constantes dos autos, todos já submetidos à tentativa de localização pelo oficial de justiça, sem apontamento de novo domicílio ou residência em território nacional. A Procuradoria do município requereu, então, a citação por edital, sustentando que: (i) haviam sido realizadas diligências suficientes para localização do executado nos endereços disponíveis no Brasil; (ii) não havia endereço certo no exterior que possibilitasse a expedição de carta rogatória; e (iii) a expedição de ofícios a concessionárias de serviços públicos não constituiria providência obrigatória para o deferimento da citação editalícia. O executado, posteriormente representado por curador especial, apresentou alegação de nulidade da citação, sustentando que a decisão judicial teria violado o procedimento previsto no Código de Processo Civil, pois: (i) a mera consulta aos sistemas eletrônicos do Poder Judiciário não seria suficiente, sendo indispensável a requisição de informações perante cadastros de órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos; (ii) havendo notícia de residência no exterior, somente seria admissível a citação por edital após tentativa de localização e citação mediante carta rogatória. Com base na disciplina do Código de Processo Civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que a citação por edital, nesse caso, é:

- A) Inválida, pois, ainda que as consultas aos sistemas informatizados disponíveis ao juízo tenham retornado apenas os endereços já diligenciados e não tenham indicado novo domicílio no Brasil, a informação de que o executado reside no exterior impede o reconhecimento de local incerto, uma vez que a localização do citando deve ser buscada perante a autoridade estrangeira competente mediante os mecanismos de cooperação jurídica internacional, inclusive por carta rogatória, antes da adoção da modalidade ficta de citação.
- B) Válida, pois a circunstância de o executado ter deixado o território nacional caracteriza hipótese de inacessibilidade do local em que se encontra o citando, prevista no Código de Processo Civil, independentemente da existência de endereço certo no país estrangeiro ou da realização de diligências complementares para sua localização, de modo que a impossibilidade de citação pessoal no Brasil autoriza a adoção da modalidade ficta, tornando desnecessária tanto a expedição de carta rogatória quanto a adoção de medidas de cooperação jurídica internacional.
- C) Válida, pois a expedição de ofícios a cadastros de órgãos públicos ou concessionárias não é requisito obrigatório da medida, cabendo ao magistrado avaliar a suficiência das diligências, considerando-se atendido, em regra, o esgotamento razoável dos meios disponíveis caso restem frustradas as tentativas de localização nos endereços constantes dos autos e nas pesquisas pelos sistemas informatizados à disposição do juízo, além de ser dispensada a expedição de carta rogatória quando não houver endereço certo do citando no exterior, hipótese que caracteriza local incerto.
- D) Inválida, pois, embora frustradas as pesquisas realizadas nos sistemas informatizados disponíveis ao juízo, o Código de Processo Civil exige a prévia requisição de informações perante cadastros de órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos para caracterizar o esgotamento das diligências de localização do executado, não sendo suficiente a consulta aos sistemas judiciais existentes, bem como, diante da notícia de que o citando reside no exterior, é necessária a expedição de carta rogatória para tentativa de localização e citação pela autoridade estrangeira competente antes da adoção da modalidade editalícia.

Questão 19

O município Ômicron foi condenado em ação judicial e, após a publicação da sentença, o Procurador Municipal interpôs recurso de apelação. No caso, a apelação foi recebida com efeito suspensivo automático, independentemente de requerimento ao Tribunal ou ao relator, razão pela qual a sentença não produziu efeitos imediatamente após sua publicação. Considerando as hipóteses previstas no Código de Processo Civil, é compatível com a situação descrita a sentença que:

- A) Homologa transação.
- B) Condena a pagar alimentos.
- C) Confirma, concede ou revoga tutela provisória.
- D) Julga procedente o pedido de instituição de arbitragem.





Questão 20

A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, conforme as situações previstas no Código de Processo Civil, quando:

- I. Tratar-se de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- II. A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- III. As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

Diante das situações apresentadas, o juiz poderá decidir liminarmente em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

DIREITO CIVIL

Questão 21

Determinada plataforma de compartilhamento de vídeos identificou que um usuário havia publicado conteúdo reproduzindo, sem autorização, obra audiovisual protegida por direitos autorais. Após análise interna, a empresa concluiu que a publicação também violava as regras previstas em seus termos de uso e decidiu remover o material, comunicando posteriormente o usuário acerca da medida adotada. Inconformado, o responsável pela publicação alegou que a exclusão do conteúdo dependeria de prévia autorização do Poder Judiciário. Considerando o cenário hipotético, à luz do entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) A remoção do conteúdo depende de ordem judicial, pois o provedor de aplicação não possui competência para restringir a disponibilização de publicações realizadas por seus usuários.
- B) A exclusão de conteúdo pelo provedor exige procedimento administrativo instaurado perante órgão regulador competente, ainda que a publicação contrarie os termos de uso da plataforma.
- C) A retirada de conteúdo por iniciativa do provedor restringe-se às hipóteses de prática de ilícito penal previamente reconhecido por autoridade competente, permanecendo as demais situações condicionadas à manifestação judicial.
- D) O provedor de aplicação pode remover conteúdo por iniciativa própria quando verificar violação aos seus termos de serviço ou a direitos autorais, no exercício de seus mecanismos internos de conformidade, ainda que inexistam ordem judicial.

Questão 22

Alex, pessoa maior e capaz, passou a se identificar publicamente por identidade de gênero não binária e requereu, perante o Poder Judiciário, a retificação de seu registro civil para que nele constasse a identificação por gênero neutro. Sustentou que a medida seria necessária, para que seus documentos refletissem sua identidade, preservando sua dignidade e assegurando o livre desenvolvimento de sua personalidade. O Ministério Público manifestou-se pela impossibilidade do pedido, alegando ausência de previsão legal expressa. Tendo em vista o caso hipotético descrito, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) O reconhecimento de identidade de gênero não binária produz efeitos apenas na esfera social, não alcançando os assentamentos do registro civil.
- B) A retificação do registro civil para inclusão de gênero neutro pressupõe a realização de procedimento médico destinado à adequação física da identidade de gênero declarada.
- C) A retificação do registro civil para inclusão de gênero neutro é juridicamente admissível, desde que fundamentada na proteção da dignidade da pessoa humana e no livre desenvolvimento da personalidade.
- D) A alteração do registro civil para adoção de gênero neutro depende da edição de lei específica disciplinando a matéria, sendo inviável o acolhimento do pedido com fundamento direto em princípios constitucionais.





Questão 23

Marina conheceu João por meio de uma rede social e, após o início de um relacionamento afetivo, passou a auxiliá-lo financeiramente em razão de supostas dificuldades pessoais apresentadas por ele. Durante meses, João solicitou valores destinados ao pagamento de despesas diversas, afirmando que a relação entre ambos seria baseada em confiança e compromisso futuro. Posteriormente, Marina descobriu que João utilizava falsas justificativas para obter vantagens econômicas e que não possuía a intenção de construir o vínculo afetivo alegado. Diante da situação, Marina ajuizou ação pleiteando reparação pelos prejuízos suportados, sustentando a ocorrência de estelionato sentimental. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) A configuração do estelionato sentimental depende da existência de condenação criminal definitiva pelo crime de estelionato previsto no Código Penal.
- B) A existência de relacionamento amoroso impede o reconhecimento de responsabilidade civil entre as partes, pois questões afetivas não podem gerar consequências patrimoniais.
- C) O estelionato sentimental caracteriza ato ilícito capaz de gerar indenização por danos morais e materiais quando comprovada a utilização abusiva da relação afetiva para obtenção de vantagens econômicas.
- D) A reparação civil por estelionato sentimental alcança os danos morais decorrentes da frustração amorosa, mas não abrange prejuízos materiais relacionados às despesas realizadas durante o relacionamento.

Questão 24

Durante um trote universitário, estudantes realizaram manifestações consideradas ofensivas em relação a determinado grupo social. As declarações foram registradas por participantes do evento e, posteriormente, divulgadas em redes sociais, gerando ampla repercussão. Uma associação civil ajuizou ação coletiva buscando indenização por dano moral coletivo, alegando que as manifestações ultrapassaram a esfera individual e atingiram valores protegidos pela sociedade. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) A divulgação das declarações em redes sociais caracteriza dano moral coletivo, pois a ampliação do alcance da manifestação ofensiva demonstra violação à esfera extrapatrimonial da coletividade.
- B) A responsabilização civil por manifestações ofensivas em ambiente universitário depende da comprovação de dano individual sofrido por cada integrante do grupo mencionado nas declarações.
- C) O dano moral coletivo decorre da simples identificação de um grupo atingido por manifestação ofensiva, independentemente da análise da gravidade da conduta ou de sua repercussão sobre interesses transindividuais.
- D) As declarações proferidas durante trote universitário, ainda que direcionadas a grupo específico e posteriormente divulgadas em redes sociais, não configuram dano moral coletivo quando não demonstrada ofensa relevante a valores fundamentais da coletividade.

Questão 25

Durante uma confraternização entre amigos, João, que havia contratado seguro de vida com cobertura para o caso de morte e indicado seus familiares como beneficiários, após a ingestão de bebida alcoólica, participou de uma brincadeira conhecida como roleta-russa, consistente em uma prática de elevado risco envolvendo arma de fogo, na qual os participantes assumem voluntariamente uma situação de perigo. Infelizmente, em decorrência da prática realizada, João faleceu em razão de disparo de arma de fogo ocorrido no contexto da brincadeira. Posteriormente, ficou comprovado que sua conduta não possuía finalidade suicida, mas decorreu de comportamento temerário praticado sob efeito de embriaguez. Os beneficiários requereram à seguradora o pagamento da indenização prevista no contrato. A empresa, contudo, negou o pedido, sustentando que o segurado teria agravado voluntariamente o risco coberto ao participar da referida prática. Diante do caso hipotético descrito, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do contrato de seguro de vida, assinale a afirmativa correta.

- A) A embriaguez do segurado, associada à participação em brincadeira envolvendo arma de fogo, configura hipótese suficiente para afastar a cobertura prevista no seguro de vida.
- B) A conduta de roleta-russa, quando comprovadamente realizada sem intenção suicida e sob efeito de embriaguez, não afasta o direito dos beneficiários ao recebimento da indenização do seguro de vida.
- C) A cobertura do seguro de vida deixa de existir quando o evento morte decorre de comportamento imprudente do segurado, pois o contrato protege apenas fatos completamente alheios à sua vontade.
- D) A participação voluntária do segurado em prática recreativa de elevado risco, como a roleta-russa, configura agravamento intencional do risco contratado e autoriza a seguradora a afastar a indenização securitária.



DIREITO DO TRABALHO

Questão 26

Determinada convenção coletiva de trabalho, firmada por sindicato profissional e patronal do setor de mineração, suprimiu o pagamento das horas *in itinere* e reduziu o intervalo intrajornada para trinta minutos em jornadas superiores a seis horas, sem prever, em cláusula específica, vantagem compensatória correspondente a cada restrição. Um empregado abrangido pela norma ajuizou reclamação sustentando a invalidade das cláusulas por ausência de contrapartida. À luz da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 1.046, da repercussão geral (ARE 1.121.633) e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar que:

- A) As cláusulas são inválidas, pois a teoria do conglobamento exige que cada restrição de direito trabalhista corresponda a uma vantagem compensatória expressa no próprio instrumento coletivo, sob pena de renúncia vedada.
- B) As cláusulas são válidas porque, após a Lei nº 13.467/2017, o negociado prevalece sobre o legislado em qualquer matéria, cabendo ao Poder Judiciário, no exame do instrumento coletivo, analisar a equivalência econômica entre concessões recíprocas das partes convenientes.
- C) As cláusulas são válidas em relação às horas *in itinere*, mas a redução do intervalo intrajornada é inválida por se tratar de norma de saúde, higiene e segurança do trabalho, matéria absolutamente indisponível segundo a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- D) São constitucionais os acordos e convenções coletivas que, considerada a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação de vantagens compensatórias específicas, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis, entre os quais a jurisprudência do STF não inclui as horas *in itinere* nem o intervalo reduzido ao mínimo legal de trinta minutos.

Questão 27

Empregado e empregador, após a extinção do contrato de trabalho, celebraram acordo extrajudicial prevendo o pagamento parcelado das verbas rescisórias e quitação ampla do extinto contrato, e apresentaram petição conjunta à Vara do Trabalho para homologação, na forma do capítulo do processo de jurisdição voluntária introduzido pela Lei nº 13.467/2017. Ambos estavam representados pelo mesmo advogado, contratado e remunerado pela empresa. Sobre o procedimento dos arts. 855-B a 855-E da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a afirmativa correta.

- A) O acordo deve ser homologado, pois a jurisdição voluntária tem natureza de administração pública de interesses privados, cabendo ao juiz o exame de legalidade formal, sendo a escolha de advogado comum expressão da autonomia negocial das partes prestigiada pela Reforma Trabalhista.
- B) O juiz deve designar audiência obrigatória de ratificação, colhendo o depoimento pessoal do empregado como condição de validade da homologação, e o protocolo da petição conjunta faz cessar a exigibilidade da multa do art. 477, §8º, da CLT, por afastar a mora do empregador quanto às verbas rescisórias.
- C) A petição conjunta interrompe o prazo prescricional bienal, que recomeça a fluir por inteiro da decisão homologatória, e o vício de representação pode ser sanado mediante ratificação posterior do acordo pelo empregado perante o sindicato, hipótese em que a quitação ampla produz eficácia liberatória geral por equiparação ao art. 477-B da CLT.
- D) A petição é formalmente inviável, pois a lei veda que as partes sejam representadas por advogado comum, exigindo procuradores distintos, facultada ao empregado a assistência pelo sindicato de sua categoria. E, ainda que regularizada a representação, a homologação constitui faculdade do juiz, que apreciará a regularidade e a idoneidade do ajuste, podendo designar audiência, sendo certo que a apresentação do acordo suspende o prazo prescricional, que volta a fluir no dia útil seguinte ao trânsito em julgado da decisão que negar a homologação.





Questão 28

O sindicato dos empregados em empresas de transporte coletivo urbano de determinado município, frustradas as negociações coletivas e recusada a arbitragem, pretende ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A categoria patronal manifestou discordância expressa quanto ao ajuizamento. Paralelamente, a categoria profissional deflagrou greve no serviço de transporte. Sobre o tema, à luz do art. 114, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A discordância patronal desloca o conflito para arbitragem obrigatória, mecanismo que a EC 45/2004 instituiu como etapa prévia e compulsória ao exercício do poder normativo da Justiça do Trabalho nos conflitos coletivos de natureza econômica.
- B) O dissídio coletivo de natureza econômica pode ser ajuizado unilateralmente pelo sindicato profissional, pois a exigência de comum acordo, por restringir o acesso à jurisdição, foi declarada inconstitucional pelo STF em razão da garantia da inafastabilidade prevista no art. 5º, XXXV, da Constituição.
- C) O poder normativo da Justiça do Trabalho autoriza o tribunal, no julgamento do dissídio, a criar normas e condições de trabalho em substituição plena à vontade das categorias, inclusive contrariando disposições legais mínimas, dada a natureza de sentença normativa com força de lei entre as partes.
- D) O “comum acordo” – exigido pelo art. 114, §2º, da Constituição para o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica – é pressuposto constitucionalmente válido, conforme decidiu o STF, e sua ausência inviabiliza o exercício do poder normativo na hipótese. Contudo, tratando-se de greve em atividade essencial com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho pode ajuizar o dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Questão 29

Considere, hipoteticamente, que o município de Bálamo celebrou contrato administrativo de prestação de serviços de limpeza com a empresa ABC Serviços Ltda., precedido de regular licitação. Encerrado o contrato, a empresa deixou de quitar verbas rescisórias de seus empregados. Um deles ajuizou reclamação trabalhista contra a ABC Serviços Ltda. e, subsidiariamente, contra o município, limitando-se a alegar culpa *in vigilando* genérica, sem produzir prova de falha fiscalizatória; o município, por sua vez, deixou de juntar aos autos a documentação da fiscalização contratual. Com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 1.118 da repercussão geral (RE 1.298.647, julgado em 2025), é correto afirmar que:

- A) A condenação subsidiária do município é devida, pois a ausência de juntada da documentação fiscalizatória atrai a inversão do ônus da prova em favor do trabalhador, conforme a distribuição dinâmica prevista no art. 818, §1º, da CLT, dada a aptidão probatória do ente público.
- B) A condenação subsidiária do município é devida, pois a responsabilidade do tomador de serviços integrante da Administração Pública decorre do risco administrativo, na forma do art. 37, §6º, da Constituição, bastando o inadimplemento da prestadora e o nexo com a prestação de serviços.
- C) A pretensão contra o município deve ser acolhida em parte, pois a Súmula 331, V, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), estabelece presunção relativa de culpa do ente público tomador, cabendo-lhe demonstrar a fiscalização efetiva do contrato para elidir a responsabilidade subsidiária, o que se harmoniza com a decisão do STF, na ADC 16.
- D) A pretensão contra o município deve ser rejeitada, pois é imprescindível a comprovação, pela parte autora, de comportamento negligente ou de nexo de causalidade entre o dano e a conduta comissiva ou omissiva do poder público, sendo vedada a condenação amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, e caracterizando-se a negligência, em especial, pela inércia do ente após notificação formal do descumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada.





Questão 30

Em execução trabalhista movida contra a empresa Ypsilon Ltda., constatou-se a insuficiência patrimonial da devedora. O exequente requereu a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica para atingir: os sócios atuais e Pedro, sócio que se retirou regularmente da sociedade, com averbação da alteração contratual em março de 2023, sendo certo que a reclamação fora ajuizada em janeiro de 2025 e que os créditos exequendos se referem a período em que Pedro integrava o quadro societário. Sem indício de fraude na alteração societária. Sobre a hipótese, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Código de Processo Civil (CPC), é correto afirmar que:

- A) Pedro responde solidariamente com os sócios atuais, pois a retirada de sócio durante a existência de passivo trabalhista caracteriza, por presunção legal, alteração societária em prejuízo dos credores, atraindo a regra do parágrafo único do art. 10-A da CLT.
- B) Pedro responde subsidiariamente pelas obrigações de todo o contrato de trabalho do exequente, ainda que parte do período seja posterior à sua retirada, pois a responsabilidade do sócio retirante é aferida pela data do ajuizamento da ação, marco que consolida o quadro de responsáveis patrimoniais.
- C) A execução pode ser redirecionada diretamente contra Pedro, dispensada a instauração do incidente, pois no processo do trabalho vigora o princípio da execução de ofício, competindo ao juiz determinar a constrição de bens dos sócios pela simples verificação da insolvência da pessoa jurídica, à luz da teoria menor da desconconsideração.
- D) Pedro responde subsidiariamente pelas obrigações do período em que figurou como sócio, pois a ação foi ajuizada dentro do biênio contado da averbação da modificação contratual, observando-se a ordem de preferência que inicia pela empresa devedora, passa pelos sócios atuais e alcança, por último, os sócios retirantes; e o incidente de desconconsideração, aplicável ao processo do trabalho por expressa previsão consolidada, suspende o processo quando instaurado na fase de execução, salvo se requerido na petição inicial.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 31

A Emenda Constitucional nº 103/2019 promoveu profunda reestruturação no regime jurídico da previdência dos servidores públicos (RPPS), alterando significativamente a dinâmica da repartição de competências legislativas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Considerando o atual arranjo constitucional das competências em matéria previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- A) A Emenda Constitucional nº 103/2019 retirou dos Estados e Municípios a competência para alterar suas alíquotas de contribuição ordinária, impondo a aplicação automática e direta das alíquotas progressivas federais (de 7,5% a 22%) a todos os servidores públicos do país.
- B) A definição das idades mínimas e do tempo de contribuição para as aposentadorias voluntárias dos servidores públicos estaduais e municipais passou a ser fixada de forma unificada por Lei Complementar Federal, de observância obrigatória por todos os entes para preservação do pacto federativo.
- C) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adquiriram autonomia para fixar a idade mínima e os demais requisitos para a aposentadoria voluntária de seus servidores em suas respectivas legislações, mas a União retém a competência para editar normas gerais de organização, funcionamento e fiscalização dos RPPS (art. 40, §22, da CF/88).
- D) Com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, os entes subnacionais passaram a ter competência irrestrita para criar hipóteses de aposentadoria especial por critérios meramente ocupacionais (como para guardas municipais ou agentes de trânsito), independentemente de previsão no texto da Constituição Federal de 1988.

Questão 32

O município de Nova Esperança, cujos servidores públicos estatutários atualmente são vinculados ao Regime Geral de Previdência, editou, em 2026, uma lei ordinária local com o objetivo de instituir um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e uma autarquia previdenciária municipal para geri-lo. Considerando as disposições vigentes, especialmente as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, a iniciativa do referido município é:

- A) Constitucional, desde que a lei municipal que institui o regime próprio seja de iniciativa do Poder Legislativo local e o ente demonstre viabilidade financeira e atuarial por meio de estudo técnico prévio.
- B) Inconstitucional, porque a criação de regimes próprios exige a edição de lei complementar federal de normas gerais, sendo permitida aos municípios apenas a instituição de regime de previdência complementar.
- C) Constitucional, uma vez que a autonomia política e administrativa dos entes federados garante aos municípios a prerrogativa discricionária de instituir seu próprio regime de previdência a qualquer tempo, mediante lei local.
- D) Inconstitucional, pois a Emenda Constitucional nº 103/2019 vedou a instituição de novos regimes próprios de previdência social pelos entes federados, passando o marco constitucional a permitir apenas a extinção ou migração para o RGPS.





Questão 33

O Regime de Previdência Complementar (RPC) constitui um instrumento de fundamental importância para a sustentabilidade fiscal e atuarial dos regimes previdenciários públicos, além de desempenhar um papel crucial no sistema de proteção, oferecendo aos trabalhadores e aos servidores a possibilidade de complementar sua proteção previdenciária além dos limites do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Com base no texto constitucional, na legislação aplicável e na doutrina especializada sobre a previdência complementar do servidor público, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O regime de previdência complementar foi estabelecido com a finalidade de limitar os valores dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão concedidos pelo RPPS aos servidores públicos titulares de cargo efetivo ao limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS.
- B) A instituição do regime de previdência complementar, que possuía caráter facultativo desde a Emenda Constitucional nº 41/2003, passou a ser obrigatória para os entes federativos com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que fixou o prazo máximo de até dois anos para a devida adequação.
- C) O modelo de inscrição automática em planos de previdência complementar para servidores públicos, regulamentado no âmbito administrativo pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob o fundamento de que a inclusão sem solicitação prévia anula de forma absoluta a facultatividade da adesão.
- D) A aplicação das normas locais que submetem os servidores efetivos ao RPC, a partir de sua vigência, deve observar o princípio da interpretação conforme a Constituição, sendo compatível com o texto constitucional a interpretação no sentido de que o novo regime não se aplica de forma obrigatória ao titular de cargo efetivo que ingressar em novo cargo sem solução de continuidade, a quem é garantido o direito de optar pela não inclusão.

Questão 34

João, servidor público federal ocupante de cargo efetivo na União desde 2001, requereu sua aposentadoria voluntária junto ao respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Para fins de cálculo do seu tempo total de contribuição, pleiteou a averbação de oito anos trabalhados na iniciativa privada, sob o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), apresentando a devida Certidão de Tempo de Contribuição (CTC). O órgão de recursos humanos, no entanto, constatou que o período privado correspondia a tempo de serviço urbano exercido sob condições especiais (atividades insalubres), ocasião em que João solicitou que esse intervalo de tempo fosse convertido em comum com o acréscimo do fator multiplicador, antes de ser computado no RPPS. Considerando o entendimento pacificado pelos Tribunais Superiores sobre a contagem recíproca e a conversão de tempo especial em comum, assinale a afirmativa correta.

- A) A conversão pretendida é inviável, uma vez que a Constituição Federal veda expressamente o cômputo de tempo de contribuição fictício, entendimento referendado pelo STF ao fixar que a contagem recíproca exige estrita reciprocidade financeira entre os regimes.
- B) O pedido de João é viável, pois o STF firmou tese de repercussão geral (Tema 942) garantindo ao servidor público a conversão de tempo especial em comum trabalhado no RGPS antes da Emenda Constitucional nº 103/2019, aplicando-se os fatores de conversão do regime de origem para fins de contagem recíproca.
- C) O pleito de João é juridicamente possível, devendo a autarquia federal proceder à conversão com base nas regras atuais do RPPS da União, uma vez que o direito ao regime jurídico previdenciário e aos critérios de contagem rege-se pela legislação vigente na data do requerimento administrativo de aposentadoria.
- D) A pretensão encontra amparo na jurisprudência dos Tribunais Superiores, desde que demonstrado o efetivo recolhimento das contribuições previdenciárias do período pelo segurado, visto que o ordenamento constitucional proíbe a contagem recíproca de tempo de serviço privado sem a respectiva e tempestiva fonte de custeio individual.



Questão 35

Maria é servidora pública estatutária do Município de Rio Claro, titular do cargo de provimento efetivo de Analista Administrativo. Em 2026, ela reuniu todos os requisitos para a concessão de aposentadoria voluntária pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Ocorre que Maria já é beneficiária de uma pensão por morte decorrente do falecimento de seu cônjuge, segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), desde 2024. Considerando as regras de acumulação de benefícios introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, assinale a alternativa que indica a correta condução do caso pela Administração Pública.

- A) A acumulação é permitida, sendo garantido a Maria o pagamento integral de ambos os benefícios, uma vez que decorrem de regimes previdenciários distintos (RPPS e RGPS).
- B) A acumulação é permitida, mas Maria receberá o valor integral do benefício mais vantajoso e apenas uma parte do benefício menos vantajoso, calculado por faixas de redução proporcional previstas na CF/88.
- C) A acumulação pretendida por Maria é vedada pelo texto constitucional, de modo que ela deverá optar formalmente por um dos benefícios; renunciando, dessa forma, integralmente ao outro para poder se aposentar.
- D) A acumulação é permitida, desde que a soma total dos dois benefícios não ultrapasse o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), hipótese em que incidirá sobre o excedente um redutor de cinquenta por cento.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Questão 36

O Município Alfa possui sistema próprio de controle interno, estruturado no âmbito do Poder Executivo municipal, com atribuições relacionadas à avaliação da execução orçamentária, ao acompanhamento da gestão financeira e patrimonial, à verificação da legalidade dos atos administrativos e à adoção de medidas preventivas e corretivas. Paralelamente, o Tribunal de Contas do Estado Beta exerce o controle externo sobre a Administração Pública municipal, nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável. Durante a análise das contas anuais do município, o Tribunal de Contas identificou indícios de irregularidades na execução de contratos administrativos relacionados à prestação de serviços de limpeza urbana. Diante disso, o Conselheiro responsável pelo processo determinou que a Controladoria-Geral do Município realizasse, no prazo de trinta dias, auditoria específica sobre os contratos, com exame dos procedimentos licitatórios, dos pagamentos efetuados e da execução dos serviços, devendo o relatório conclusivo ser encaminhado diretamente ao Tribunal de Contas. A Controladoria informou que poderia colaborar com a fiscalização e fornecer os documentos e as informações solicitados pelo Tribunal, mas questionou a possibilidade de receber determinação para realizar, por iniciativa do próprio Tribunal de Contas, atividade de auditoria inserida em suas atribuições institucionais. O Procurador Municipal foi então consultado sobre a compatibilidade da determinação com o modelo constitucional de controle da Administração Pública. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que a determinação do Tribunal de Contas é:

- A) Constitucional, pois o controle interno integra o sistema de fiscalização da Administração Pública e exerce função de apoio ao controle externo, de modo que o Tribunal de Contas pode determinar aos órgãos municipais de controle interno a realização de auditorias necessárias ao exercício de sua competência fiscalizatória.
- B) Constitucional, pois a competência do Tribunal de Contas para auxiliar o Poder Legislativo no exercício do controle externo permite que a Corte de Contas estabeleça, conforme as necessidades identificadas durante a fiscalização, as providências administrativas que deverão ser executadas pelos órgãos responsáveis pelo controle interno.
- C) Inconstitucional, pois os sistemas de controle interno e externo possuem atribuições próprias e mantêm relação de cooperação, e não de subordinação, de modo que o dever de apoiar o controle externo não confere ao Tribunal de Contas poder para determinar aos órgãos de controle interno a realização de auditorias inseridas em sua esfera própria de atuação.
- D) Inconstitucional, pois os Tribunais de Contas são órgãos integrantes do Poder Judiciário e, nessa condição, a atuação do Tribunal de Contas sobre os órgãos de controle interno de outros Poderes representaria indevida interferência entre estruturas estatais distintas, em violação ao princípio da separação de Poderes e à autonomia assegurada aos sistemas de controle pela Constituição Federal.

Questão 37

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), denomina-se:

- A) Operação de crédito.
- B) Transferência corrente.
- C) Transferência de capital.
- D) Transferência voluntária.





Questão 38

O município Beta, diante da necessidade de obter recursos para financiar investimentos previstos em seu planejamento orçamentário, editou lei específica autorizando a cessão onerosa de direitos originados de créditos tributários inscritos em dívida ativa, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 4.320/1964. Com fundamento na autorização legislativa, o Poder Executivo municipal iniciou os procedimentos necessários à estruturação da operação, que seria realizada com pessoa jurídica de direito privado, mediante contraprestação financeira ao município. Considerando a legislação aplicável, é correto afirmar que a cessão dos direitos creditórios deverá:

- A) Assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da Administração Pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos; e ser autorizada, na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo ou por autoridade administrativa a quem se faça a delegação dessa competência.
- B) Assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da Administração Pública a prerrogativa de cobrança judicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos, facultada a cobrança extrajudicial pelo cessionário; e ser autorizada, na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo ou por autoridade administrativa a quem se faça a delegação dessa competência.
- C) Assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da Administração Pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos; e ser autorizada, na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo, no exercício de competência exclusiva para a autorização da cessão de direitos creditórios, vedada a delegação dessa atribuição.
- D) Assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da Administração Pública a prerrogativa de cobrança judicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos, facultada a cobrança extrajudicial pelo cessionário; e ser autorizada, na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo, no exercício de competência exclusiva para a autorização da cessão de direitos creditórios, vedada a delegação dessa atribuição.

Questão 39

O município Delta, com população aproximada de dez mil habitantes, possui estoque de precatórios em mora decorrente de condenações judiciais contra suas Administrações direta e indireta. Ao elaborar o planejamento financeiro para o exercício seguinte, a Secretaria Municipal de Fazenda identificou que o estoque de precatórios em mora, atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, em 1º de janeiro, correspondia a quarenta e dois por cento da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior. Considerando a necessidade de definição dos valores que deverão constar do planejamento orçamentário municipal e das medidas administrativas relacionadas ao pagamento dos requisitórios judiciais, o Prefeito encaminhou consulta à Procuradoria-Geral do Município para que fosse analisado o limite percentual aplicável aos pagamentos de precatórios no exercício financeiro subsequente, à luz das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 136/2025. Com base nas normas constitucionais, é correto afirmar que os pagamentos de precatórios pelo Município Delta, relativos às suas Administrações direta e indireta, estarão limitados a:

- A) 1% da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior.
- B) 2% da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior.
- C) 2,5% da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior.
- D) 3% da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior.

Questão 40

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com disposições relacionadas ao planejamento, ao equilíbrio das contas públicas, ao controle da administração dos recursos públicos e à gestão patrimonial, com regras destinadas à preservação do patrimônio público. Nesse sentido, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei:

- A) Aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- B) Ao sistema de seguridade social, incluindo saúde, previdência social e assistência social.
- C) Aos programas governamentais voltados à proteção ambiental e à preservação dos recursos naturais.
- D) Às ações e serviços públicos de saúde e às despesas relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.





LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 41

A Procuradoria Jurídica foi instada a se manifestar sobre a conformidade de matérias afetas à Ordem Social contidas na Lei Orgânica Municipal, abrangendo aspectos de proteção ambiental, oferta de ensino e prestação de assistência social. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções administrativas, com aplicação de multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independentemente da obrigação dos infratores de reparação aos danos causados.
- II. A atuação municipal em níveis de ensino diversos da educação infantil e do ensino fundamental condiciona-se ao pleno atendimento de sua área de competência e à aplicação de recursos acima dos limites mínimos constitucionais.
- III. A assistência social prestada no âmbito municipal destina-se à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, estando a fruição de seus benefícios condicionada à prévia contribuição do assistido para o sistema de seguridade social.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) II e III.

Questão 42

Em maio de 2030, durante o cumprimento dos últimos dois anos do mandato executivo no Município de Bálamo, ocorreram os falecimentos do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal, restando definitivamente vagos ambos os cargos. Diante da vacância dupla, a Procuradoria Jurídica do Município foi provocada a emitir parecer sobre a linha de substituição interina e os procedimentos para o preenchimento definitivo das chefias do Poder Executivo Municipal. Considerando que os preceitos atualmente dispostos na Lei Orgânica do Município de Bálamo são os mesmos vigentes à época do caso hipotético narrado, assinale a afirmativa que apresenta a orientação jurídica consentânea com o ordenamento local.

- A) O Presidente da Câmara Municipal assumirá em definitivo o cargo de Prefeito para cumprir o restante do período governamental, ficando dispensada a realização de qualquer nova eleição parlamentar ou popular.
- B) O Presidente da Câmara Municipal assumirá interinamente a chefia do Poder Executivo e, caso se recuse a aceitar a convocação, o cargo de Prefeito permanecerá vago até a realização de novas eleições diretas pela população.
- C) A eleição para o preenchimento definitivo dos cargos vagos deverá ser realizada por meio de sufrágio universal e voto direto de todos os eleitores inscritos no Município, devendo os eleitos iniciar um novo mandato autônomo de quatro anos.
- D) O Presidente da Câmara Municipal será convocado para exercer interinamente o cargo de Prefeito, e a eleição para o preenchimento definitivo dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito será realizada pela própria Câmara Municipal, devendo os eleitos cumprir o restante do mandato de seus antecessores.

Questão 43

A Lei Orgânica do Município de Bálamo estabelece as condutas dos agentes públicos que configuram crime de responsabilidade no âmbito da administração local. Consideradas as situações hipotéticas a seguir, assinale a alternativa em que a conduta descrita NÃO constitui hipótese expressa de crime de responsabilidade prevista no texto da referida norma.

- A) Prefeito Municipal assume outro cargo ou emprego na Administração Pública direta durante o exercício do mandato executivo.
- B) Presidente da Câmara Municipal efetua despesas com a folha de pagamento do Poder Legislativo em montante superior ao limite percentual de sua receita estabelecido na Lei Orgânica.
- C) Secretário Municipal deixa de comparecer perante o Plenário da Câmara Municipal, após regular convocação, para prestar esclarecimentos que lhe foram solicitados sobre ações de sua pasta.
- D) Prefeito Municipal autoriza o início de investimento em obra pública com duração prevista para dois exercícios financeiros sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem autorização legislativa.





Questão 44

Uma empresa do ramo imobiliário adquiriu uma extensa área de terra desprovida de construções, situada em zona urbana abrangida pelo Plano Diretor do Município de Bálamo. Por conveniência mercadológica, a proprietária manteve o imóvel totalmente não edificado e não utilizado por longo período. Com o intuito de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, a Administração Pública Municipal pretende intervir para exigir o aproveitamento adequado do imóvel, além de regulamentar futuras edificações no local. Diante do impasse sobre os instrumentos de política urbana aplicáveis, a Procuradoria Jurídica do Município foi solicitada a exarar parecer fundamentado exclusivamente na Lei Orgânica Municipal, abstraindo-se de quaisquer outras legislações sobre o tema. Sobre o caso hipotético, assinale a afirmativa que apresenta a orientação jurídica correta.

- A) A desapropriação decorrente da falta de aproveitamento do solo urbano não edificado, no âmbito do processo sucessivo de sanções, ensejará obrigatoriamente o pagamento ao proprietário por meio de prévia e justa indenização em dinheiro.
- B) A propriedade urbana cumpre sua função social a partir do momento em que o proprietário efetua o recolhimento dos tributos municipais incidentes sobre o imóvel, não ficando vinculada às exigências de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.
- C) O direito de propriedade territorial urbana assegura ao proprietário o direito de construir de forma autônoma e imediata, não dependendo de autorização prévia do poder público municipal para o exercício das faculdades de edificação sobre o solo de sua propriedade.
- D) A exigência de promoção do adequado aproveitamento do solo urbano não edificado pressupõe previsão em lei específica para área incluída no Plano Diretor, devendo o poder público aplicar, em caso de descumprimento, as sanções especificadas em lei de forma sucessiva.

Questão 45

Considere, hipoteticamente, que o Prefeito Municipal de Bálamo, ao receber um projeto de lei ordinária aprovado pela Câmara Municipal versando sobre normas do processo administrativo local, entendeu que determinado dispositivo da proposição contrariava o interesse público e continha vício de ilegalidade. Em razão disso, apostos os motivos do veto parcial, o Chefe do Executivo realizou a devida comunicação ao Presidente do Poder Legislativo. Instada a se manifestar sobre os desdobramentos e o iter procedimental de apreciação e promulgação da matéria vetada, a Procuradoria Jurídica do Município emitiu parecer em consonância com a Lei Orgânica Municipal. Nesse contexto, sobre o procedimento do veto, trata-se da orientação jurídica correta:

- A) O esgotamento do prazo legal sem deliberação do Poder Legislativo sobre a matéria vetada acarretará a manutenção tácita do veto e o arquivamento definitivo da proposição, vedada a sua inclusão na ordem do dia das sessões subsequentes.
- B) Rejeitado o veto pela Câmara em turno único e por maioria absoluta, a matéria será enviada ao Prefeito para promulgação, cabendo tal ato ao Presidente do Legislativo e, sucessivamente, ao Vice-Presidente, em igual prazo, caso persistam as omissões.
- C) A deliberação sobre a matéria vetada pelo Poder Executivo deverá ocorrer em dois turnos de discussão e votação perante o Plenário, exigindo-se o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal para que se opere a rejeição do veto formulado.
- D) O veto parcial aplicado pelo Chefe do Executivo Municipal pode incidir sobre palavras ou expressões isoladas contidas no texto do projeto de lei, desde que restem devidamente fundamentadas as razões de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público.

Questão 46

Em relação às exigências regimentais, quóruns de aprovação e limitações ao processo de reforma, é correto afirmar que a proposta de emenda à Lei Orgânica de Bálamo:

- A) Poderá ser objeto de nova proposição na mesma sessão legislativa, caso haja requerimento subscrito por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- B) Será promulgada pelo Prefeito Municipal no prazo legal após deliberação favorável da Câmara Municipal em dois turnos de votação pelo quórum de três quintos de seus integrantes.
- C) Será apreciada em turno único de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável de três quintos dos membros do Poder Legislativo, cabendo ao Prefeito a sua sanção e promulgação.
- D) Depende de discussão e votação em dois turnos, considerando-se aprovada mediante o voto favorável de três quintos dos membros da Câmara Municipal, ficando vedada a sua promulgação na hipótese de intervenção estadual.





Questão 47

No âmbito da Administração Financeira e Orçamentária do Município de Bálamo, a elaboração e a execução das leis orçamentárias devem observar normas e princípios rígidos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal. A respeito do tema e, ainda, de acordo com a norma, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Os recursos que, em decorrência de veto ou emenda do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- () A apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual que sejam incompatíveis com o Plano Plurianual será admitida quando obtiver a concordância favorável da maioria qualificada dos membros da Câmara Municipal.
- () O investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado mediante dotação contida na lei orçamentária anual, sendo dispensada a prévia inclusão no Plano Plurianual ou a autorização de lei específica.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) F, F, V.

Questão 48

Um grupo de moradores do Município de Bálamo colheu assinaturas de parcela do eleitorado local e protocolou na Câmara Municipal duas proposições distintas de iniciativa popular: a primeira, um projeto de lei ordinária visando reorganizar a estrutura das secretarias municipais e criar novos cargos públicos no Poder Executivo; a segunda, uma proposta de emenda à Lei Orgânica alterando regras gerais de organização do Município. Instada a exarar parecer sobre o recebimento e o trâmite regimental das duas proposições, a Procuradoria Jurídica fundamentou sua análise nas regras da Lei Orgânica do Município de Bálamo. Nesse contexto, sobre a admissibilidade e o processamento das referidas proposições, trata-se da orientação jurídica correta:

- A) O projeto de lei ordinária prescinde da identificação do título, zona e seção eleitoral dos subscritores, ao passo que a proposta de emenda à Lei Orgânica exige formalmente a referida identificação do eleitorado perante a Câmara.
- B) Ambas as proposições de iniciativa popular são plenamente admissíveis no tocante à matéria, devendo ser aprovadas por três quintos dos membros do Poder Legislativo e submetidas, posteriormente, à sanção ou veto do Prefeito Municipal.
- C) A proposta de emenda à Lei Orgânica é inadmissível por tratar de reorganização administrativa, cuja iniciativa é privativa do Prefeito, enquanto o projeto de lei ordinária é totalmente cabível por tratar de assunto de relevante interesse do Município.
- D) O projeto de lei ordinária é inadmissível por tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ao passo que a proposta de emenda à Lei Orgânica é cabível e sujeita-se ao quórum de três quintos em dois turnos, cabendo sua promulgação à Mesa da Câmara.

Questão 49

Considere que um ex-servidor público do Município de Bálamo, sancionado com a pena de demissão ao término de regular processo administrativo disciplinar, contratou assessoria jurídica para ingressar com pedido de revisão do processo findo. Em sua petição, o requerente alegou a injustiça da penalidade aplicada e requereu o reexame das provas. Provocada a se manifestar sobre o cabimento, a composição da Comissão Revisora e os eventuais efeitos do julgamento do pedido, a Procuradoria Jurídica do Município exarou parecer fundamentado no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município – Lei Ordinária nº 915/1982. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta a orientação jurídica correta sobre o instituto da revisão do processo administrativo.

- A) O servidor público que integrou a Comissão do processo administrativo disciplinar original poderá compor a Comissão Revisora, desde que possua grau hierárquico superior ao do funcionário punido.
- B) Ocorrendo o falecimento do servidor punido, extingue-se o direito de requerer a revisão do processo administrativo, ficando vedada a legitimação de familiares ou herdeiros para o pleito de reabilitação funcional.
- C) A revisão do processo administrativo disciplinar permite o reexame do mérito punitivo, podendo a autoridade competente agravar a sanção anteriormente aplicada caso surjam novos elementos desfavoráveis ao servidor.
- D) A pretensão revisional do processo disciplinar findo desautoriza a simples alegação de injustiça da penalidade como fundamento autônomo, resultando, quando julgada procedente, na redução ou no cancelamento da sanção aplicada.





Questão 50

Nos termos do Estatuto do Servidor do Município de Bálamo – Lei Ordinária nº 915/1982, as faltas disciplinares sujeitas às penas de repreensão e de demissão prescrevem, respectiva e ordinariamente, nos prazos de:

- A) Um ano e três anos.
- B) Dois anos e cinco anos.
- C) Três anos e cinco anos.
- D) Cinco anos e dez anos.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



